



MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO

Prefeitura Municipal de Nova Friburgo

Nova Friburgo - RJ

processo Nº: 28116 / 24
Rubrica: [assinatura] Fls: 02

Relatório de Histórico de Andamento de Atividades

PROTOCOLO

Identificador: 2c850a04-30ec-409b-997f-05e49957f0a8
Protocolo: Processo Requerimento Nº 028116/2024
Data: 07/10/2024 14:57:37
Origem: ELOAH PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA
*** contatos indisponíveis ***
Contato: ELOAH PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA
*** contatos indisponíveis ***
Protocolador: MATEUS DE CASTRO
Assunto: IMPUGNAÇÃO - LICITAÇÃO
Detalhamento: IMPUGNAÇÃO

HISTÓRICO DAS ATIVIDADES

por ordem das atividades mais recentes

[versão completa](#)

Nº	Origem	Destino	Movimentação	Situação
1	Prefeitura Municipal de Nova Friburgo MATEUS DE CASTRO 07/10/2024 14:57:59	INFRAESTRUTURA - APOIO A COMISSAO DE PREGAO	Segue protocolo para as devidas providências.	Enviada



Eloah Publicidade e Propaganda Ltda

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO/PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO
DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO/RJ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.128/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20.583/2024
IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

ELOAH PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 11.779.005/0001-80, com sede na Antônio Félix de Souza Brito, Nº 38, Vila Anhanguera, Campinas / SP - CEP: 13.031-830, neste ato representada por seu representante legal Marcia Cristina Araújo Penna, CPF n. 260.796.258-73, vem, tempestivamente, e com supedâneo na Lei Federal 14.133/2021, em tempo hábil, perante Vossa Senhoria apresentar IMPUGNAÇÃO AO EDITAL do pregão eletrônico em testilha, pelos seguintes fatos e fundamentos:

OBJETO: Contratação de Empresa Jornalística para prestação do serviço de publicação de atos oficiais e demais matérias obrigatórias da municipalidade em jornal diário de grande circulação no Estado do Rio de Janeiro, para atender às necessidades da Secretaria de Gabinete do Prefeito, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.128/2024

Em face do Edital de Pregão Eletrônico – Processo Licitatório nº 90.128/2024
pelas razões de fato e de direito a seguir expostas:

1. DO CABIMENTO

A empresa, ora licitante, apresenta a presente impugnação tempestivamente, contra o edital publicado pelo(a) pregoeiro(a), considerando que a empresa impugnante identificou irregularidades e vícios no citado edital, vejamos:

22. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

22.1 -Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.



Eloah Publicidade e Propaganda Ltda

1 DA EXIGENCIA DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA JORNALÍSTICA

1) - Contratação de Empresa Jornalística para prestação do serviço de publicação de atos oficiais e demais matérias obrigatórias da municipalidade em jornal diário de grande circulação no Estado do Rio de Janeiro, para atender às necessidades da Secretaria de Gabinete do Prefeito, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

DO OBJETO E DO REGIME DE EXECUÇÃO - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA JORNALÍSTICA

Como é sabido, as empresas que pretendem participar de qualquer processo licitatório necessitam seguir normas fundamentadas em lei, sempre visando estabelecer a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e respeitando alguns princípios, visando garantir assim, majestosamente, a igualdade e a competitividade entre os licitantes – evitando assim a reserva de mercado e, consecutivamente, restringindo a gama de partícipes.

Dentro dessas normas e preceitos, exige-se os requisitos mínimos quanto a contratação de empresas, bem como a condição de habilitação e para contratação do pretendido vínculo de Publicidade Legal, como se procede no edital em tela que exige dentro do rol de critérios habilitatórios.

7.1.21 - Será considerado comportamento inidôneo, o comparecimento na licitação do interessado que se apresente para participar do procedimento licitatório e esteja enquadrado nas hipóteses dos impedimentos e vedações aqui elencados.

Resultando, dessa forma, a exclusão de varios licitantes e da amplitude de alcance para empresas participantes no processo licitatório, ferindo a ampla concorrência, sendo ilegal tal exigência. Essa exigência editalícia não encontra previsão legal na Lei de Licitações (nº 14.133/2021), principais diplomas que norteiam os procedimentos licitatórios, a qual, inclusive, **coíbe a prática de atos que sejam tendenciosos ou frustrem o caráter amplo e competitivo dos certames.**

Todo o serviço exigido em edital, através das suas cláusulas, podem perfeitamente serem executados através de Agências de Publicidade, como já está sendo feito pela nossa empresa atualmente com o valor bem abaixo do estimado para a licitação, é sabido que no Rio de Janeiro apenas uma empresa Jornalística participa diretamente das licitações, ou seja, o JORNAL O DIA através de uma editora. Em todo território nacional várias empresas atuam no segmento de publicidade legal com os mesmos serviços sem qualquer necessidade de veicular diretamente com o veículo que na grande maioria dos casos acabam causando maiores custos onerando assim os cofres públicos. Um exemplo: nossa empresa Eloah Publicidade e Propaganda Ltda atua no mercado há quase 15 anos atendendo diversos clientes e que mediante ao grande volume de publicações que possui nos veículos (jornais) em todo Brasil, conseguimos descontos diferenciados junto aos mesmos com o serviço de diagramação e envio das matérias inclusos, ainda assim conseguimos valores bem menores do que os órgãos públicos que praticavam essa coduta veiculando diretamente com o jornal e que atualmente já não o fazem mais por não obter vantagens nos custos totais para execução dos serviços. Somos uma empresa idônea, atendemos inúmeros órgãos públicos com a total maestria



Eloah Publicidade e Propaganda Ltda

e valores sempre abaixo do praticado em mercado. Temos um histórico exemplar em todo o tempo de existência, concluindo sempre todos os serviços solicitados com total pontualidade e excelência, sempre nos dispondo à qualquer necessidade dos nossos clientes, como TRIBUNAIS, PROCURADORIAS, SECRETARIAS, PREFEITURAS, inclusive a PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO que já atendemos sempre com total pontualidade, responsabilidade e com boa negociação, dentre vários outros órgãos que atendemos em todo território nacional.

Ora, a consequência direta das exigências em comento é a limitação de participantes, indo em contramão ao objetivo real do processo licitatório e os princípios que norteiam todo ordenamento. **"Princípio da Competitividade:** *Tem como objetivo alcançar a proposta mais vantajosa para a administração pública. Serve para que a administração pública consiga alcançar o melhor contrato através da promoção e ampliação do acesso ao processo licitatório.*

Princípio da Legalidade:

É a regra básica quanto ao direito público, segundo a qual o exercício do poder pelos órgãos do Estado deve ser absolutamente de acordo com o direito. Todos procedimentos estão dependentes ao comando da lei e às exigências do bem comum.

Princípio da Igualdade:

Helly Lopes remete a esse princípio "um impeditivo da discriminação entre os participantes do certame, quer através de cláusulas que, no edital ou convite, favoreçam uns em detrimento de outros, quer mediante julgamento faccioso, que desigule os iguais ou iguale os desiguais."

Ora, a consequência direta das exigências em comento é a limitação de participantes, indo em contramão ao objetivo real do processo licitatório e os princípios que norteiam todo ordenamento.

"Princípio da Competitividade: *Tem como objetivo alcançar a proposta mais vantajosa para a administração pública. Serve para que a administração pública consiga alcançar o melhor contrato através da promoção e ampliação do acesso ao processo licitatório.*

Princípio da Legalidade:

É a regra básica quanto ao direito público, segundo a qual o exercício do poder pelos órgãos do Estado deve ser absolutamente de acordo com o direito. Todos procedimentos estão dependentes ao comando da lei e às exigências do bem comum.

Princípio da Igualdade:

Helly Lopes remete a esse princípio "um impeditivo da discriminação entre os participantes do certame, quer através de cláusulas que, no edital ou convite, favoreçam uns em detrimento de outros, quer mediante julgamento faccioso, que desigule os iguais ou iguale os desiguais."

Por todo o exposto, temos que a exigência em comento não está prevista em nenhum dos dispositivos da Lei Nº14.133/21 devendo, portanto, ser rechaçada.

Necessário ressaltar que, a Administração Pública deve trabalhar com o escopo de obter sempre o maior número de propostas possíveis, na busca da que lhe seja mais vantajosa, conforme disposto no Decreto Federal nº 3.555/2000, que regulamenta a licitação na modalidade pregão. Vejamos:

"Art. 4º A licitação na modalidade de Pregão é juridicamente condicionada aos princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, bem assim aos prin-



Eloah Publicidade e Propaganda Ltda

cípios correlatos da celeridade, finalidade, razoabilidade, proporcionalidade, competitividade, justo preço, seletividade e comparação objeto das propostas. Parágrafo único. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometa o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.” (Grifos nossos)

Ainda sobre o tema, destaca-se que o certame licitatório tem como princípio basilar a isonomia entre os licitantes, com o fim de proporcionar a máxima competitividade, buscando o maior número de participantes. Sendo assim, é vedada exigência editalícia que impede a ampla participação de empresas na licitação.

OUTRA IRREGULARIDADE- O PREÇO

2) - O serviço é contratado por meio de um procedimento licitatório, o qual resultará em um contrato administrativo firmado entre o Município e a empresa vencedora do certame, com 1 ano de vigência, mantidas as condições definidas em edital.

Como meio de estimar valores para definir a forma de contratação, fora utilizado o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) para pesquisa, por se tratar de contratação específica que somente seria possível cotação diretamente com fornecedor. Abaixo, segue tabela demonstrativa dos preços apurados nessa breve pesquisa. Destarte, nesse mesmo entendimento, diz Maria Sylvia Zanella Di Pietro.

tabela demonstrativa dos preços apurados nessa breve pesquisa.

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PUBLICAÇÃO EM JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO

MÉDIA DOS PREÇOS

PREÇO 01 R\$ 17,00 / PREÇO 02 R\$ 12,47 / PREÇO 03 R\$ 6,64

MÉDIA DOS PREÇOS

R\$ 12,03

6. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO:

Considerando os valores verificados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e na contratação anterior, a tabela a seguir demonstra o estimativa para a contratação:

MÉDIA DOS PREÇOS R\$ 12,03

VALOR ANTERIOR ATUALIZADO (IPCA) R\$ 4,00

(<https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADA0/publico/corrigirPorIndice.do?method=corrigirPorIndice/>)

VALOR MÉDIO UNITÁRIO R\$ 8,01

VALOR TOTAL ESTIMADO (V. MÉDIO X QTD) R\$ 128.160,00

Por todo o exposto nos itens anteriores, pode-se considerar que o valor apresentado acima, se encontra dentro de uma realidade mercadológica e pode ser utilizado como parâmetro para este estudo.

Vale ressaltar que se trata de um estudo preliminar, com finalidade única de encontrar a melhor solução para a demanda apresentada, e que a pesquisa de preços referenciais com os fornecedores e demais ferramentas que compõem a “Cesta de Preços”, será realizada pelo Setor de Logística

da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística, conforme Decreto Municipal 2007 de 16 de fevereiro de 2023 e Rotina Administrativa de Formação e Execução de Contratos Administrativos, sendo acostada aos autos do processo posteriormente, e ainda, de acordo as especificações, quantidades e estimativas constantes neste instrumento e demais documentos subsequentes.

"Todos quantos participarem da licitação têm direito subjetivo à fiel observância do procedimento estabelecido na lei, sendo que o licitante que se sentir lesado, poderá impugnar administrativamente ou judicialmente o procedimento. Até mesmo o próprio cidadão poderá assim fazê-lo, através da participação popular no controle da legalidade do procedimento." (Grifos nossos)

e valores sempre abaixo do praticado em mercado. Temos um histórico exemplar em todo o tempo de existência, concluindo sempre todos os serviços solicitados com total pontualidade e excelência, sempre nos dispondo à qualquer necessidade dos nossos clientes, como TRIBUNAIS, PROCURADORIAS, SECRETARIAS, PREFEITURAS, inclusive a PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO que já atendemos sempre com total pontualidade, responsabilidade e com boa negociação, dentre vários outros órgãos que atendemos em todo território nacional.

Quando fomos consultados em uma possível renovação contratual alertamos a Prefeitura que os jornais de grande circulação já não iriam e não irão mais praticar os preços atualmente contratados (TODOS OS CONTRATOS SERÃO ENCERRADOS SEM RENOVAÇÃO PARA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS) e muito menos com valores abaixo de R\$ 35,00 o cm/col, o que tem levado a frustração de diversos pregões no estado do Rio de Janeiro o último a Prefeitura de Maricá PE 27/2024 POR NÃO ACEITAREM A IMPUGNAÇÃO ENVIADA E JULGAREM IMPROCEDENTE, a Prefeitura forçou uma para obtenção de preços mais baixos porém só conseguiu frustrar um procedimento licitatório, por não aceitar a impugnação anteriormente enviada, pela empresa jornalística EDITORA A NOTÍCIA LTDA representante do jornal O DIA.

3. DOS PEDIDOS

Diante do exposto, com base nos fatos e fundamentos expostos, a Impugnante vem mui respeitosa-mente perante o nobre pregoeiro(a), requerer o que segue:

- a) Seja conhecido e deferido o pedido de impugnação;
- b) Que seja republicado o edital, escoimado do vício apontado, e consecutivamente exclusão da existência do subitem: **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA JORNALÍSTICA"** e que seja substituído por **"Contratação de serviço de empresa especializada em publicação para jornal de grande circulação em todo estado do RJ."**
- c) Que seja realizada uma cotação junto as empresas participantes das licitações inclusive as empresas jornalísticas, para atualização dos valores e consequentemente a não frustração do certame licitatório.
- d) Que seja reaberto novo prazo para início da sessão pública respeitando o prazo mínimo legal.

Nestes termos,

Pede e espera total deferimento.

Campinas, 07 de Outubro de 2024.

MARCIA CRISTINA ARAUJO
PENNA:26079625873

Assinado de forma digital por MARCIA CRISTINA ARAUJO
PENNA:26079625873
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC CERTIFICA MINAS v5,
ou=32522131000125, ou=Presencial, ou=Certificado PF A3,
cn=MARCIA CRISTINA ARAUJO PENNA:26079625873
Versão do Adobe Acrobat: 2024.003.20112

ELOAH PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA

CNPJ: 11.779.005/0001-80

Marcia Cristina Araújo Penna

(Representante Legal)

CPF: 260.796.258-73

RG: 32.096.185-0

atendimento@eloahpropaganda.com.br

Página 5 de 5

Comissão de Pregão I

DESPACHO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.128/2024

Processo Licitatório nº: 20.583/2024

Processo de Impugnação nº: 28.116/2024

OBJETO: CONTRATAÇÃO de Empresa Jornalística para prestação do serviço de publicação de atos oficiais e demais matérias obrigatórias da municipalidade em jornal diário de grande circulação no Estado do Rio de Janeiro, para atender às necessidades da Secretaria de Gabinete do Prefeito.

IMPUGNANTE: ELOAH PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA EPP

01. Trata-se de IMPUGNAÇÃO interposta pela empresa ELOAH PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA EPP, com fulcro na Lei n.º 14.133/2021, tempestivamente, contra os termos do Edital Pregão Eletrônico n.º 90.128/2024.

02. Em tempo, informamos que este Pregoeiro e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 669, de 03 de junho de 2024, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 03 de janeiro de 2024, que constituiu a Comissão Permanente de Pregão I, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.

03. Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Impugnação Administrativa, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Impugnação.

I. DAS PRELIMINARES

04. Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento à impugnação, reconsideração das exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



PROCESSO Nº: 28.116/2024

RUBRICA: up FOLHA: 09

Comissão de Pregão I

colacionados ao Processo de impugnação já identificado, pelo que se passa à análise de sua alegação.

II. DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE

Em síntese, alega a impugnante que a exigência de contratação de empresa jornalística seria ilegal, pois a exclusão de vários licitantes feriria a ampla concorrência, e que a estimativa de preço para a contratação estaria defasada, o que poderia levar à frustração do certame.

III. DOS PEDIDOS DA IMPUGNANTE

A impugnante requer o que segue:

- a) Seja conhecido e deferido o pedido de impugnação;
- b) Que seja republicado o edital, escoimado do vício apontado, e consecutivamente exclusão da exigência do subitem: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA JORNALÍSTICA" e que seja substituído por "Contratação de serviço de empresa especializada em publicação para jornal de grande circulação em todo estado do RJ";
- c) Que seja realizada uma cotação junto as empresas participantes das licitações inclusive as empresas jornalísticas, para atualização dos valores e consequentemente a não frustração do certame licitatório;
- d) Que seja reaberto novo prazo para início da sessão pública respeitando o prazo mínimo legal.

IV. DO MÉRITO

Oportuno trazer à baila que o objeto da contratação para a prestação de serviço de publicação de atos oficiais no ano de 2023, da qual a empresa ora impugnante sagrou-se



PROCESSO Nº: 28.116/2024

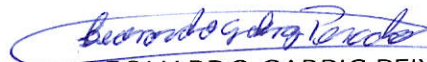
RUBRICA: 41 FOLHA: 10

Comissão de Pregão I

vencedora, foi "Contratação da Imprensa, para prestação de serviço de publicação de atos oficiais e demais matérias obrigatórias da Administração Pública do Município de Nova Friburgo em jornal diário de grande circulação no Estado do Rio de Janeiro, pelo período de 12 (doze) meses".

Ante o exposto, submeto as razões da impugnante aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos para ciência e, com o intuito de subsidiar a decisão deste pregoeiro, solicito o encaminhamento da presente impugnação à Procuradoria Geral do Município, considerando que a impugnante suscitou dúvida quanto à legalidade de exigência contida no Edital do PE 90.128/2024.

Nova Friburgo, 07 de outubro de 2024.


LEONARDO GABRIG PEIXOTO
Pregoeiro- Comissão de Pregão I
Matricula: 206.934



PA Licitatório 20583/2024 - Contratação de Empresa Jornalística para prestação do serviço de Publicação de atos oficiais em Jornal Diário de Grande Circulação no Estado do Rio de Janeiro

Trata-se de impugnação interposta pela empresa ELOAH PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA EPP.

Não obstante, apesar do objeto constar como “Empresa Jornalística”, as empresas interessadas em participar do certame poderão comprovar a capacidade de prestar o serviço através de contrato social ou atestado de capacidade técnica.

Ademais, a Empresa Eloah sugere que pratica valores abaixo daqueles ofertados pelas empresas que efetivamente realizam as publicações e que isso causaria “(...)maiores custos onerando assim os cofres públicos(...)” (fls.04). Alegou também que “(...)conseguimos descontos diferenciados junto aos mesmos com o serviço de diagramação e envio das matérias inclusos, ainda assim conseguimos valores bem menores do que os órgãos públicos que praticavam essa conduta veiculando diretamente com o jornal(...)” (fls.04), não tendo apresentado nenhum documento comprobatório dessas informações.

Aponta como “outra irregularidade” (fls. 06) o preço estimado para o certame.

Insta esclarecer de antemão que a justificativa para a escolha do preço consta nos autos do processo, bem como a comprovação da pesquisa de mercado.

É possível verificar na pesquisa que a própria Empresa reclamante, diga-se ELOAH PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA EPP, venceu um procedimento licitatório via Pregão Eletrônico, em 04/07/2024, no Município de Sumidouro/RJ, com objeto muito similar ao deste certame: **“Contratação de Empresa Jornalística em Jornal de Grande Circulação no Estado do Rio de Janeiro(...)”, com valor de R\$ 4,00 o cm/col.** Em outra contratação, agora por dispensa de licitação, a empresa em tela sagrou-se vencedora, em 15/04/2024, **com valor de R\$ 4,50 o cm/col.** Ambos os exemplos citados contavam com quantitativo expressivamente inferior ao solicitado por este Município no atual certame.



Vale ressaltar que a impugnante é a atual prestadora do serviço com valor bem abaixo do estimado para esta nova contratação: R\$ 3,99 o cm/col em comparação com os R\$ 8,80 estimados, e optou por não renovar o contrato atual, considerando justificativa apresentada via e-mail: *"(...) em reunião com a diretoria da empresa ELOAH e do GRUPO GLOBO / EXTRA ficou acertado pelo não aceite da renovação do contrato os custos subiram muito e o jornal não manterá o valor inicialmente acordado após o termino do contrato"*, fato que motivou a abertura de novo procedimento licitatório.

Considerando a proximidade do fim do atual contrato de prestação do serviço e a data marcada para o certame, e não tendo sido comprovada nenhuma irregularidade do ponto de vista técnico, julgaram-se improcedentes as razões apresentadas pela empresa impugnante.

Nova Friburgo, 08 de outubro de 2024

Mayra Martins
Secretária de Gabinete do Prefeito
Mat.: 62.003

RENOVAÇÃO DE CONTRATO

PUBLICAÇÕES OFICIAIS PMNF <publicacoesoficiaispmnf@gmail.com>

29 de julho de 2024 às 13:30

Para: Atendimento - Eloah Propaganda <atendimento@eloahpropaganda.com.br>, eloahpublicidade@gmail.com,
eloahpropaganda@yahoo.com

Boa tarde,
Venho por meio deste, consultar a empresa quanto ao interesse na renovação do contrato nº 247/2023, mantendo todas as cláusulas (destaca-se valor e quantitativo), que tem como data de término 01 de novembro de 2024.
Aguardo retorno.

At.te,

Mayra Martins
Secretária de Gabinete do Prefeito
Município de Nova Friburgo - RJ



Nº PROC.: 28116/24
DATA: / /
RUBRICA: FL: 13

RENOVAÇÃO DE CONTRATO

Atendimento - Eloah Propaganda <atendimento@eloahpropaganda.com.br>

29 de julho de 2024 às 19:04

Para: PUBLICAÇÕES OFICIAIS PMNF <publicacoesoficiaispmnf@gmail.com>, eloahpublicidade@gmail.com, eloahpropaganda@yahoo.com

Prezados boa tarde, em reunião com a diretoria da empresa ELOAH e do GRUPO GLOBO / EXTRA ficou acertado pelo não aceite da renovação do contrato os custos subiram muito e o jornal não manterá o valor inicialmente acordado após o termino do contrato.

Nº PROC.: 28116/24

DATA: 29/07/24

RUBRICA: [assinatura]

FL: 14



Atenciosamente,

Marcia Penna

ELOAH PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA EPP

Fone: (19) 3037-0361 / 3307-1796 – 9.8958-3073.

Rua: Antônio Felix de Souza Brito, nº 38 – Vila Anhanguera - Campinas / SP

CEP: 13031-830

www.eloahpropaganda.com.br

[Texto das mensagens anteriores oculto]



Não contém vírus.www.avast.com

CNPJ: 45.386.905/0001-80

Órgão: ESTADO DE RORAIMA

INSTITUTO DE ASSIST.TÉCN.EXT.RURAL DE RORAIM

Objeto: Contratação de empresa especializada com jornal de grande circulação para veiculação e divulgação de matérias em site eletrônico e, se houver, em jornal impresso no Estado de Roraima para atender o Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural - IATER, na forma de serviço contínuo, conforme especificações, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência IATER DIRAF NA.

Descrição: PUBLICACAO LIVRO / MATERIA - PERIODICA / OFICIAL - PUBLICAÇÃO LIVRO - MATÉRIA - PERIÓDICA - OFICIAL

CatSer: 16152 - Publicação Livro - Matéria - Periódica / Oficial

CNPJ

Razão Social do Fornecedor

04.653.101/0001-12 EDITORA BOA VISTA LTDA

VENCEDOR

Data: 01/09/2023 00:00

Modalidade: Dispensa de Licitação

SRP: NÃO

Identificação: Dispensa de Licitação Nº 1/2023 / UASG: 929331

Lote/Item: 1/1

Ata: N/A

Fonte: www.gov.br/compras/pt-br

Quantidade: 2.400

Unidade: UNIDADE

UF: RR

DATA:

RUBRICA:

FL: 15

Valor da Proposta Final

RS 6,00

Nº PROC.: 205831/24
RUBRICA: FL. 69

Preço (Outros Entes Públicos) 1: Preço do Fornecedor Vencedor

RS 4,00

Ino: II Art. 5º da LN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Órgão: MUNICÍPIO DE SUMIDOURO RJ

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA JORNALÍSTICA EM JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO

Descrição: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA JORNALÍSTICA EM JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, INCLUINDO CIRCULAÇÃO NO MUNICÍPIO PARA PUBLICAÇÃO DE EDITAIS DE LICITAÇÃO, PREGÃO E DE ATOS OFICIAIS DESTA PREFEITURA, CONSIDERANDO O CENTÍMETRO DE COLUNA P/B - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA JORNALÍSTICA EM JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, INCLUINDO CIRCULAÇÃO NO MUNICÍPIO PARA PUBLICAÇÃO DE EDITAIS DE LICITAÇÃO, PREGÃO E DE ATOS OFICIAIS DESTA PREFEITURA, CONSIDERANDO O CENTÍMETRO DE COLUNA P/B

Data: 04/07/2024 00:00

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO

SRP: NÃO

Identificação: 97955

Lote/Item: 1

Ata: Link Ata

Fonte: licitnet.com.br

Quantidade: 3.440

Unidade: CM COLUNA

UF: RJ

CNPJ

Razão Social do Fornecedor

11.779.005/0001-80 ELOAH PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA

VENCEDOR

Valor da Proposta Final

RS 4,00

Preço (Outros Entes Públicos) 2: Média das 3 Melhores Propostas Finais

RS 3,00

Ino: II Art. 5º da LN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Órgão: Prefeitura Municipal de Ibitirama

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MÍDIA IMPRESSA OU AGENCIA DE PUBLICIDADE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES EM JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

Descrição: PUBLICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS NO JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. - PUBLICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS NO JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

Data: 25/04/2024 09:00

Modalidade: Pregão Eletrônico

SRP: NÃO

Identificação: 00000830-0012452024-0000032024

Lote/Item: 1/1

Ata: N/A

Homologação: 17/05/2024 00:00

Fonte: https://ibitirama-es.portaltp.com.br/consultas/compras/licitacoes.aspx

Quantidade: 1.200

Unidade: CENTÍMETRO POR

UF: ES



CNPJ

Razão Social do Fornecedor

11.779.005 0001-80

ELOAH PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA

VENCEDOR

Nº PROC.: 20583/24
RUBRICA: 10 FL.: 70

Valor da Proposta Final

RS 3,00

Preço (Outros Entes Públicos) 3: Média das 3 Melhores Propostas Finais

RS 4,50

Inc. II, Art. 5º da LN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Órgão: SERVIÇO COLATINENSE DE SANEAMENTO AMBIENTAL

Data: 15/04/2024 08:59

Objeto: [Portal de Compras Públicas] - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE LEGAL EM JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO, DOS ATOS OFICIAIS (EXTRATO DE EDITAL DE PROCEDIMENTOS LICITATORIOS, ETC...) REALIZADOS PELO SANEAR, PARA O PERÍODO DE 12 MESES.

Modalidade: Dispensa

SRP: NÃO

Identificação: 06698248000154-1-000007/2024

Lote/Item: 1/1

Ata: N/A

Homologação: 17/04/2024 00:00

Fonte: <https://www.gov.br/pnecp/pt-br>

Quantidade: 2.500

Unidade: Serviço

UF: ES

Descrição: Lote 1 - CONTRATAÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO EM JORNAL DIÁRIO DE GRANDE CIRCULAÇÃO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO PARA PUBLICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS, NO QUANTITATIVO ESTIMADO DE 2.500 (DOIS MIL E QUINHENTOS) CM/CO (CENTÍMETRO POR CO - Lote 1 - CONTRATAÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO EM JORNAL DIÁRIO DE GRANDE CIRCULAÇÃO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO PARA PUBLICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS, NO QUANTITATIVO ESTIMADO DE 2.500 (DOIS MIL E QUINHENTOS) CM CO (CENTÍMETRO POR COLUNA).

CNPJ

Razão Social do Fornecedor

11.779.005 0001-80

ELOAH PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA

VENCEDOR

Valor da Proposta Final

RS 4,50

Nº PROC.: 28116/24
DATA: 1/1
RUBRICA: 8 FL.: 16



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO

PROCESSO Nº 28.116/2024
DATA 09/10/2024
Rubrica
17

Processo: 28.116/2024

Requerente: Eloah Publicidade e Propaganda Ltda.

**Assunto: Impugnação - Edital de Licitação - Pregão Eletrônico n. 90.128 de 2024 -
Processo Licitatório n. 20.583/2024**

Ao Ilmo. Sr. Dr. Subprocurador de Processos Administrativos,

I - RELATÓRIO

Trata-se de impugnação apresentada pela empresa requerente em 07/10/2024 acerca do Edital do Pregão Eletrônico n. 90.128 de 2024 - Processo Licitatório n. 20.583/2024, que tem por objeto licitar a melhor proposta para contratação de empresa jornalística para prestação do serviço de publicação de atos oficiais e demais matérias obrigatórias da municipalidade em jornal diário de grande circulação no Estado do Rio de Janeiro, para atender as necessidades da Secretaria de Gabinete do Prefeito.

Inicialmente, importante destacar que o procedimento foi recepcionado por esta assessoria jurídica em 09 de Outubro de 2024.

Em suma, a requerente alega em sua peça de impugnação (fls. 03/07) que a exigência de contratação de empresa jornalística seria ilegal, pois a exclusão de vários licitantes feriria a ampla concorrência, e que a estimativa de preços para contratação estaria defasada, o que poderia levar a frustração do certame.

A Comissão de Pregão I, em manifestação de fls. 08/10, recebeu a impugnação, eis que preenchidos os pressupostos de admissibilidade, limitando-se a encaminhar o procedimento à Secretaria requisitante para pronunciamentos de ordem técnica e, após, à Procuradoria.

Às fls. 11/12 consta a manifestação da Secretaria de Gabinete do Prefeito, afirmando que "*Considerando a proximidade do fim do atual contrato de prestação do serviço e a data*

1

de



marcada para o certame, e não tendo sido comprovada nenhuma irregularidade do ponto de vista técnico, julgaram-se improcedentes as razões apresentadas pela empresa impugnante.”

É o relatório.

II - DO MÉRITO

Preliminarmente, verifica-se que a impugnação apresentada em 07/10/2024 é tempestiva, em conformidade com o art. 164, parágrafo único da Lei n. 14.133/2021, tendo em vista que a realização do Pregão está marcada para 10/10/2024.

No mérito, passa-se às seguintes considerações.

Conforme disposição legal, cabe ao Pregoeiro a análise e decisão das impugnações, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, além de pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado.

Nesse sentido dispõe o art. 16 da IN n. 73/2022:

Art. 16. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, por meio eletrônico, na forma prevista no edital de licitação.

§ 1º O agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, responderá aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até três dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos.

§ 2º A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo agente de contratação ou pela comissão de contratação, quando o substituir, nos autos do processo de licitação.

§ 3º Acolhida a impugnação contra o edital de licitação, será definida e publicada nova data para realização do certame, observados os prazos fixados no art. 17.



§ 4º As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas em sítio eletrônico oficial do órgão ou da entidade promotora da licitação e no sistema, dentro do prazo estabelecido no § 1º, e vincularão os participantes e a Administração.

Verifica-se que o Pregoeiro recebeu a impugnação, eis que preenchidos os requisitos de admissibilidade, encaminhando os autos à Secretaria Gabinete do Prefeito para pronunciamento de ordem técnica.

II.1) Ilegalidade do impedimento à participação neste certame licitatório.

Afirma a impugnante que a previsão de contratação de Empresa Jornalística para a prestação do serviço do presente edital restringe a competitividade do certame, dizendo ainda que todo o serviço exigido, podem ser prestados através de Agências de Publicidade.

A Secretaria de Gabinete afirma que, apesar do objeto constar como “Empresa Jornalística”, as empresas interessadas em participar do certame **poderão comprovar a capacidade de prestar o serviço através do contrato social ou atestado de capacidade técnica.**

A Lei de Licitações 14.133/2021, não exige que o documento constitutivo preveja expressamente que o licitante se dedique especificamente à atividade correspondente ao objeto da licitação, ou seja, não cabe exigir das empresas licitantes um objeto social idêntico ao objeto do certame.

Verifica-se, inclusive, que na forma do disposto no art. 66 da Lei n. 14.133/2021, os documentos alusivos à habilitação jurídica se limitam à comprovação de existência jurídica da pessoa:

Art. 66. A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada.



Portanto, as atividades desempenhadas pelas empresas licitantes devem guardar uma relação de pertinência com o objeto da licitação, sem que isso signifique, necessariamente, uma correspondência literal entre o objeto social e o objeto descrito no edital, de modo que inexistente a exigibilidade de que a atividade específica, objeto da licitação, esteja expressamente prevista no contrato social das licitantes, cabendo à Administração tão somente aferir se as atividades dispostas nos documentos constitutivos da empresa são compatíveis, de maneira geral, com os serviços que pretende contratar.

O que não se admite é a participação de empresas atuantes em ramos completamente impertinentes, ou cuja natureza jurídica seja incompatível com a prestação dos serviços ou fornecimento de bens previstos no edital.

Este é o entendimento dos Tribunais de Contas:

“É obrigatória a compatibilidade entre a atividade empresarial do licitante e a pretensão contratual administrativa, com fundamento na proporcionalidade e na busca da proposta mais vantajosa, mas não é válida a exigência de exatidão na correspondência entre o objeto da licitação e o objeto social da empresa licitante, com fulcro na competitividade”. (TCE-MG - Denúncia nº 1047986/2021 – Primeira Câmara).

“Inexiste a exigibilidade legal de que a atividade específica, objeto da licitação, esteja expressamente prevista no contrato social das licitantes, cabendo à Administração aferir se as atividades dispostas nos documentos constitutivos da empresa são compatíveis, de maneira geral, com os serviços licitados”. (TCE-MG - Denúncia nº 1088799/2021. 1ª Câmara).

No mesmo sentido, o Tribunal de Contas da União entende que “só considera viável a inabilitação de licitante cujo objeto social seja incompatível com o da licitação” (Acórdão nº 487/2015 - Plenário e Acórdão nº 1021/2007 - Plenário).



Ademais, pelas orientações do TCU, uma empresa não poderá ser excluída do certame apenas por não ter o CNAE específico do objeto licitado na sua matriz social. Vejamos o que diz o Acórdão 1.203/2011 – Plenário:

“(...) A aferição da compatibilidade dos serviços a serem contratados pela Administração Pública com base unicamente nos dados da empresa licitante que constam no cadastro de atividades da Receita Federal não encontra previsão legal (...).

(...) a unidade técnica reputou como indevido o impedimento de participação da licitante no certame, mesmo com esta trazendo em seu contrato social objetivo compatível com o objeto desejado (transporte urbano de passageiros transporte urbano de cargas)”.

Em pesquisa acerca da matéria, verifica-se que o CNAE é um código identificador para a Receita Federal, enquanto o Contrato Social determina quais as atividades realmente a empresa pode atuar.

Sobre o assunto, a Receita Federal¹ assim dispôs:

“Diante disso, ressalta-se que não haveria a priori lesão e motivo para a exclusão da empresa por não apresentar todas as informações sobre a sua CNAE. Além disso, a empresa também poderá comprovar que possui especialização no ramo da atividade licitada por meio do seu contrato social”.

Com efeito, a Administração deve verificar apenas se as atividades desempenhadas pelos licitantes como dispostas em seus documentos constitutivos são compatíveis, em linha geral, com o objeto da licitação.

¹ Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Porto Alegre – 6ª Turma. Portal Fazenda do Governo Federal.



O licitante deve ser inabilitado apenas se houver incompatibilidade, não havendo necessidade de que o documento constitutivo disponha expressa e especificamente sobre o objeto da licitação.

Conclui-se, portanto, que levando em consideração que haverá a análise da capacidade de prestar serviço por meio do contrato social ou atestado de capacidade técnica, sendo verificado pela Administração portanto se o particular atua na área do objeto licitado. A existência de previsão, ainda que genérica, compatível com a atividade licitada, é suficiente para atender os requisitos de habilitação jurídica impostos pela Lei de Licitações, que tem como um dos seus princípios basilares o da ampla concorrência.

II.2) Irregularidade no preço registrado

Ademais, a Empresa alega que o valor estimado para o certame está abaixo do valor de mercado.

Em resposta a Secretaria de Gabinete informou que é possível verificar em pesquisas que a própria empresa impugnante venceu em procedimento licitatório via pregão eletrônico, em 04/07/2024 no Município de Sumidouro com objeto muito similar ao deste Certame, qual seja “Contratação de Empresa Jornalística em jornal de grande circulação no Estado do Rio de Janeiro (...)”, com valor de R\$ 4,00 o cm/col. E ainda em outra contratação, por dispensa de licitação, a empresa em tela sagrou-se vencedora em 15/04/2024 com valor de R\$4,50 o cm/col. Alegando ainda a secretaria que nos exemplos citados os procedimentos licitatórios contavam com quantitativos expressamente inferiores ao solicitado por este município no atual certame.

Sendo assim, no que se refere ao valor do presente procedimento, vale ressaltar que a Secretaria cumpriu o requisito de pesquisa de mercado presente no Decreto Municipal n. 2007 de 16 de fevereiro de 2023, conforme se verifica às fls. 76/80, tendo a Secretaria optado pela média.



**NOVA
FRIBURGO**
PREFEITURA



PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO

Processo nº 23.116/24
Data 09/10/24
Assinatura nº 77 Rubrica
23

Conclui-se, portanto, que não há o que se falar em irregularidade no que concerne ao valor estimado do edital, tendo em vista que foram atendidos todos os requisitos legais para a pesquisa de mercado e a escolha do valor a ser adotado pela pasta requisitante.

III - CONCLUSÃO

Pelo exposto, opina-se pelo não acolhimento da impugnação, com a remessa dos autos à Secretaria Municipal de Gabinete do Prefeito para ciência e, após, à Comissão de Pregão I para ciência e decisão final, com a adoção das providências que entender cabíveis.

Ressalte-se que o exame desta assessoria não comporta análises que importem considerações de ordem técnica, financeira ou orçamentária, considerando-se a delimitação legal de competência institucional deste órgão, restringindo-se o presente parecer aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito administrativo, cuja atribuição é do administrador, com fiscalização pelo órgão de controle interno.

É o parecer, meramente opinativo e não vinculativo, que se submete à consideração superior, podendo ser acolhido ou rejeitado liminarmente.

Nova Friburgo, 09 de Outubro de 2024.


Amanda Foly Azevedo

Assessor Nível Intermediário de Processos Administrativos

Subprocuradoria de Processos Administrativos

Matrícula nº 115.212


Carlos Eduardo V. N. da Veiga
SUBPROCURADOR DE PROCESSOS
ADMINISTRATIVOS
Matrícula: 63.347

Comissão de Pregão I

DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.128/2024

Processo Licitatório nº: 20.583/2024

Processo de Impugnação nº: 28.116/2024

OBJETO: CONTRATAÇÃO de Empresa Jornalística para prestação do serviço de publicação de atos oficiais e demais matérias obrigatórias da municipalidade em jornal diário de grande circulação no Estado do Rio de Janeiro, para atender às necessidades da Secretaria de Gabinete do Prefeito.

IMPUGNANTE: ELOAH PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA EPP

01. Trata-se de IMPUGNAÇÃO interposta pela empresa ELOAH PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA EPP, com fulcro na Lei n.º 14.133/2021, tempestivamente, contra os termos do Edital Pregão Eletrônico n.º 90.128/2024.

02. Em tempo, informamos que este Pregoeiro e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 669, de 03 de junho de 2024, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 03 de janeiro de 2024, que constituiu a Comissão Permanente de Pregão I, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.

03. Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Impugnação Administrativa, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Impugnação.

I. DAS PRELIMINARES

04. Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento à impugnação, reconsideração das exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de impugnação já identificado, pelo que se passa à análise de sua alegação.

Comissão de Pregão I

II. DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE

Em síntese, alega a impugnante que a exigência de contratação de empresa jornalística seria ilegal, pois a exclusão de vários licitantes feriria a ampla concorrência, e que a estimativa de preço para a contratação estaria defasada, o que poderia levar à frustração do certame.

III. DOS PEDIDOS DA IMPUGNANTE

A impugnante requer o que segue:

- a) Seja conhecido e deferido o pedido de impugnação;
- b) Que seja republicado o edital, escoimado do vício apontado, e consecutivamente exclusão da exigência do subitem: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA JORNALÍSTICA" e que seja substituído por "Contratação de serviço de empresa especializada em publicação para jornal de grande circulação em todo estado do RJ";
- c) Que seja realizada uma cotação junto as empresas participantes das licitações inclusive as empresas jornalísticas, para atualização dos valores e consequentemente a não frustração do certame licitatório;
- d) Que seja reaberto novo prazo para início da sessão pública respeitando o prazo mínimo legal.

IV. DO MÉRITO

Oportuno trazer à baila que o objeto da contratação para a prestação de serviço de publicação de atos oficiais no ano de 2023, da qual a empresa ora impugnante sagrou-se vencedora, foi "Contratação da Imprensa, para prestação de serviço de publicação de atos oficiais e demais matérias obrigatórias da Administração Pública do Município de Nova



PROCESSO Nº: 28.116/2024

RUBRICA: Mr. FOLHA: 26

Comissão de Pregão I

Friburgo em jornal diário de grande circulação no Estado do Rio de Janeiro, pelo período de 12 (doze) meses".

Ante o exposto, submeto as razões da impugnante aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos para ciência e, com o intuito de subsidiar a decisão deste pregoeiro, solicito o encaminhamento da presente impugnação à Procuradoria Geral do Município, considerando que a impugnante suscitou dúvida quanto à legalidade de exigência contida no Edital do PE 90.128/2024.

V. DA DECISÃO

Isto posto, com fulcro na Lei nº 14.133 de 2021, subsidiado pela manifestação da secretaria requisitante (fls. 11 e 12) e pelo parecer da Procuradoria Geral do Município (fls. 17 a 23), sem nada mais a evocar, CONHEÇO da Impugnação interposta pela empresa **ELOAH PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA EPP**, no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90.128/2024, e, no mérito, **NEGO PROVIMENTO**.

Nova Friburgo, 14 de outubro de 2024.

**LEONARDO
GABRIG
PEIXOTO:10858
597705**

Assinado digitalmente por LEONARDO
GABRIG PEIXOTO:10858597705
ID: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita
Federal do Brasil - RFB, OU=ARTREND, OU=
RFB e CPF A3, CN=LEONARDO GABRIG
PEIXOTO:10858597705
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização
Data: 2024.10.14 10:38:44-0300'
Foxit PDF Reader Versão: 12.0.2

LEONARDO GABRIG PEIXOTO
Pregoeiro- Comissão de Pregão I
Matricula: 206.934